

MPV - 472

00023

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS			
proposição  Medida Provisória nº 472, de 2009.			
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)  nº de prontuário 416			
Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			
		visória nº 472,	, de 2009, parágrafo
Parágrafo único. É também considerada saída direta para as escolas referidas no art. 7.º a remessa para pessoa ou entidade, pública ou privada, responsável pela distribuição ou armazenamento dos equipamentos". (AC)			
JUSTIFICAÇÃO			
Por se tratar de regra de benefício fiscal, a literalidade adquire especial relevo (CTN, art. 111, I). Pelo sentido textual, o benefício é aplicado apenas nas saídas feitas diretamente para as escolas. Assim, pelo texto, se os equipamentos forem remetidos para uma secretaria de educação, que não é escola, ou se forem remetidos para uma empresa ou entidade responsável pela distribuição em dada região do Estado, a isenção não seria aplicável.			
Com o acréscimo proposto, busca-se evitar os problemas que disto decorreriam. Se houver conveniência administrativa de que os equipamentos sejam entregues pelas fábricas diretamente a cada escola, ótimo. Se, contudo, em algum caso, for melhor para todos a entrega centralizada – talvez para facilitar a conferência –, que a regra tributária não seja um impedimento.			
	inico. É tano art. 7.º a responsável ntos". (AC)  regra de be para as es uma secreta uma empresa o, a isenção retamente a os a entrega de secreta es entrega de secreta es entrega es ent	Medida Provisó  Autor ADO RODRIGO ROLLEMBER  Substitutiva  3. Modificativa  TEXTO/JUSTIFICAÇÃO  ao artigo 10 da Medida Proguinte redação:  único. É também considera no art. 7.º a remessa para responsável pela distribuintos". (AC)  JUSTIFICAÇÃO  Tegra de benefício fiscal, a la l	Medida Provisória nº 472, de  Autor ADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)  Substitutiva  3. □ Modificativa  4. ■ Aditiva  TEXTO/JUSTIFICAÇÃO  ao artigo 10 da Medida Provisória nº 472 guinte redação:  único. É também considerada saída diret no art. 7.º a remessa para pessoa ou en responsável pela distribuição ou armintos". (AC)  JUSTIFICAÇÃO  regra de benefício fiscal, a literalidade ad pe para as escolas. Assim, pelo texto, se o uma secretaria de educação, que não é uma empresa ou entidade responsável pela o, a isenção não seria aplicável.  so proposto, busca-se evitar os problemas de eniência administrativa de que os equipame retamente a cada escola, ótimo. Se, contucos a entrega centralizada — talvez para facilitate.

PARLAMENTAR

Brasília, 22 de dezembro de 2009

Deputado / Ly / Ill

